

Pactu

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO II - Nº 23 - Novembro/98

fetec **CUT** BRASIL

CNB - Sindicato Nacional

Quem perde mais com o pacote recessivo de FHC/FMI?



Páginas 4 e 5

As vilas de Lerner

Reforma agrária ou favelamento rural?

Página 6

Pater não atende pequenos. Proposta do PT era melhor

Página 7

Sancionada lei que acaba com as filas

Página 8

Por que a Fenaban voltou atrás?

Apesar das flores, a primavera dos bancários não é colorida. Greve em São Paulo (foto maior) e no HSBC Bamerindus, em Curitiba (foto abaixo) marcam o esforço dos sindicatos da CUT numa campanha salarial difícil. Páginas 2 e 3



As conquistas e perdas nos últimos anos

Vai longe o tempo em que a campanha salarial mobilizava próximo de 60% da categoria. Esse índice no Bradesco de Umuarama representava 90 bancários pois entre agência, compensação e processamento eram aproximadamente 150 bancários (hoje tem 20) e é bom frisar que a grande maioria era escriturários, tinha-se um contingente de trabalhadores que proporcionava uma mobilização que, quando optava pela greve, parava Umuarama e região. O mesmo se repetia pelo país. Era o suficiente para, em poucos dias de greve, obter-se atendimento de boa parte das reivindicações. Foi em mobilizações como essa (foto ao lado) que conseguimos o vale-alimentação, o auxílio-alimentação, o auxílio-creche, as multas por demissão imotivada, a verba para qualificação de demitidos, criação de grupos paritários para discutir temas como saúde, segurança e condições de trabalho.

Os bancários são a única categoria de trabalhadores a fechar acordos de âmbito nacional. São tidos também, ao lado dos metalúrgicos da Grande São Paulo, como a categoria com maior poder de mobilização. Nos últimos anos os bancários têm enfrentado dificuldades de toda a ordem, como reestruturação administrativa e tecnológica. Isso, por si só, já levou a um grande número de bancários desempregados que, somando-se à política econômica recessiva e a dezenas de falências fraudulentas, têm reduzido aproximadamente 500 mil bancários nos últimos dez anos. Para aqueles que ficaram, o pânico é a tônica do dia-a-dia, principalmente nos setores federais e estaduais.

A economia recessiva não oferece oportunidade de emprego e nem de abertura de novas empresas, pelo contrário vemos um grande número de falências em vários setores.



No Pactu, a campanha é unificada desde 96

O medo de perder o emprego chega a tirar o sono e a submeter o trabalhador a várias formas de desrespeito e descumprimento de acordos e o não atendimento a reivindicações básicas.

E mais: ameaçam retirar direitos como está acontecendo agora nos bancos públicos, que querem acabar com o anuênio, abono assiduidade, licença prêmio, liberação do dirigente sindical, entre outros.



Bradesco de Umuarama na campanha salarial de 86

O medo de perder o emprego chega a tirar o sono e a submeter o bancário a várias formas de desrespeito...

Últimos Acordos

As campanhas de 96 para cá foram as mais difíceis, o que fez com que a máquina sindical criasse meios de levar uma campanha adiante com pouca mobilização da categoria. Veja o exemplo da campanha no **Pactu** que começou a ser unificada em 96, se reunindo grupos de sindicalistas para fechar agências na região (v. foto ao abaixo). Nesta campanha, em todo o Brasil as mobilizações foram semelhantes à do **Pactu** e possibilitou manter o acordo anterior e repor a inflação do período (10,80%) E no ano passado, numa operação mais parecida com uma guerra, onde bancários de todo o Brasil ousaram fechar o centro administrativo do Bradesco em Osasco (SP), o que forçou a Fenaban a repor também a inflação do período de set./97 a agosto/98 (5%), desistir do congelamento do anuênio e manter o acordo anterior.

Públicos

Segundo o que foi imposto ao funcionalismo público em geral, as diretorias de bancos federais e estaduais não fugiram à regra. Seguiram recomendações de seus governos e os acordos nesses bancos, nos últimos dois anos, foram, quando muito, à base de abonos, quando não retrocediam, como aconteceu no Banestado onde os funcionários, acreditando no acordo em nome da salvação do banco, aceitaram diminuir o anuênio, mas não viram o banco cumprir a sua parte. O resultado todo mundo está sabendo: é a possível venda do banco com a certeza de um grande número de desempregados. Além disso, os funcionários do Banestado que já tinham firmado um acordo da campanha 97/98 para receber os 5% da Fenaban, viram uma interferência nefasta do governador Jaime Lerner, através do secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, desfazer o acordado com a diretoria. Até hoje os sindicatos trabalham na Justiça para reaver os 5%, uma vez que o Banestado é filiado à Fenaban. No acordo de 96/97, os funcionários do Banestado conseguiram o mesmo índice de reposição do acordo da Fenaban: 10,80%.

BB

Este tem sido um dos mais difíceis de fechar acordo. Nos últimos anos os funcionários não tiveram nenhuma reposição salarial. No ano passado, após dois anos de labuta do movimento sindical e de inúmeros retrocessos em conquistas, foi fechado um acordo à base de abonos: o banco pagou abono de R\$ 3 mil para carreira administrativa e técnico-científica e R\$ 1.800 para os funcionários de carreira de apoio. O ICV do Dieese no mesmo período foi de 7,92%

Caixa

Os funcionários desse banco também têm enfrentado dificuldades. Nos últimos anos a direção da CEF se negou a reajustar salários dos funcionários e a repor a inflação dos períodos, oferecendo apenas o pagamento de abono (R\$ 5.500, em três parcelas pagas em dezembro de 96, outubro e dezembro de 97) e elevação de níveis. Além disso, a cada ano os diretores da empresa vêm limitando o número de dirigentes sindicais liberados, o que significa prejuízo ao movimento sindical.

Fenaban volta atrás

Em virtude da recessão econômica que assola o país e, por se tratar de ano eleitoral, a campanha salarial se tornou muito difícil. É certo que a cada ano a dificuldade aumenta e podemos comprovar isso quando vemos economistas, até mesmo da base aliada de FHC, preverem para 99 um índice de -1% no PIB. Isso mostra que vai haver muito desemprego, o que deixa os bancários na defensiva.

Pesquisa da CNB para conhecer as principais reivindicações desta campanha, deixou claro essa preocupação com o emprego, pois esse quesito foi o mais votado (26%), seguido por correção salarial (26,23%), entre outras.

Bancos privados

A direção sindical tem se esdobrado para encontrar maneiras de atender esses dois quesitos (emprego e correção salarial), num cenário recessivo.

Um desses desdobramentos foram manifestações por banco como a

do Itaú, no dia 22 de setembro, e do Unibanco no dia 20 de outubro, que ocorreram em todo o Brasil. A partir daí as direções concentraram força nas capitais, com a paralisação da agência do HSBC Bamerindus, em Curitiba (v. foto abaixo) onde funciona também a diretoria administrativa do banco. Ambos ficaram paralisados até 12 horas.

Vinte mil parados

Outra criação da direção sindical foi concentrar força em São Paulo. No último dia 28 de outubro, 1.500 sindicalistas de todo o País estiveram em São Paulo, numa paralisação que era para ser até as 13 horas e 20 mil bancários, de aproximadamente 100 unidades bancárias, resolveram, em assembleia, continuar a paralisação durante o dia todo.

Com essa paralisação os bancários perceberam que daria para fazer uma greve.

Até a marcação da greve a Fenaban não melhorou a proposta que retirava direitos, não dava reajustes e propunha um abono de R\$ 700,00.



Fechamento do centro financeiro de São Paulo

Com a greve aprovada e as direções preparando estratégias para o dia 18/11, houve uma melhora da proposta, que se não é a que reivindicávamos, também não é aquela que a Fenaban pretendia. Abaixo a proposta aprovada em assembleias no dia 17/11/98:

1) - Reajuste de 1,20% do ICV (só para se pagar, é um pouquinho a mais do que o ICV-Dieese dos últimos 12 meses, que deu 1,13%);

2) - Abono de R\$ 700,00, que deverá ser pago dez dias após a aceitação da proposta. Esse abono

serve como compensação de diferença do INPC dos últimos 12 meses, que foi de 3,59%. Serve também para sobrir uma massa salarial verificada nos últimos 12 meses.

3) - Manutenção do anuênio, o que é muito importante neste contexto de inflação baixa;

4) - A cesta-alimentação passa de R\$ 118,00 para R\$ 120,00, um aumento de 1,7%;

5) - O ticket-alimentação e o auxílio-creche permanecem com o mesmo valor;

6) - O PLR na mesma proporção do ano passado. Ou seja, 80% de um salário, mais R\$ 300,00 fixos, com o pagamento da primeira parcela em 18/12/98, para aqueles bancos que derem lucro;

7) - E, o mais importante, que foi a retirada do congelamento do anuênio e a desistência de criação de novos cargos de 8 horas.

Avaliação da proposta

A Executiva da Fetec, bem como as direções do Pactu, avaliam que foi um avanço, pois é clara a tendência recessiva que o país foi envolvido, com elevação de taxas de desemprego, recuo dos trabalhadores em participar das atividades sindicais e as próprias consequências recessivas sobre as atividades econômicas impõem uma avaliação ponderada neste momento, que apontaram para a aceitação da proposta. Defendem a continuidade do processo negocial, principalmente no que diz respeito ao cumprimento da jornada e o emprego do trabalhador bancário.

Nos bancos públicos, campanha continua



Dirigentes do Pactu na paralisação do HSBC Bamerindus de Curitiba

Diretores dos bancos federais e estaduais não têm demonstrado o mínimo interesse em atender as reivindicações dos bancários. No BB, na CEF e no Banestado não houve qualquer avanço nas negociações desde o início da campanha salarial.

BB - No BB, que tem adiado sistematicamente as negociações com os funcionários, a última proposta apresentada até o momento deixa evidente a intenção de retirar direitos dos trabalhadores, já que foi oferecido um abono de R\$ 700,00 para a carreira administrativa e R\$ 350

para os funcionários de carreira de apoio, em troca de reajuste zero, corte definitivo do anuênio e retirada de outros direitos. Outra proposta indecente do banco é a PLR referente ao primeiro semestre de 98, que concedeu R\$ 12 mil aos superintendentes regionais e apenas R\$ 200,00 aos caixas e postos efetivos. A posição do BB foi considerada pela Comissão de Empresa como discriminatória e injusta. Em virtude dessas propostas aumentaram as manifestações, como a que ocorreu no dia 5 de novembro com o fechamento de Umuarama e de várias outras

em todo o país.

O BB não trouxe nada de novo na negociação do dia 17/11. Ao contrário, manteve a proposta de reajuste zero, retirada de conquistas em troca de abono. A direção do banco passou a bola para a Comissão de Empresa dos Funcionários, alegando que a representação deveria apresentar uma contraproposta. Foi mais uma jogada baixa da direção do BB.

CEF

Na Caixa Econômica a situação é idêntica. A direção do banco vem dificultando a negociação e, até o momento, só apresentou uma proposta que foi rejeitada pelas assembleias. A CEF ofereceu reajuste de R\$ 0,20 no ticket-alimentação, abono de R\$ 500,00 em troca de reajuste zero e retirada de direitos. A insatisfação dos trabalhadores em relação a proposta do banco foi apresentada em manifestação nacional, no dia 23 de setembro e através de atividades desenvolvidas por lideranças sindicais de todo o país. No dia 16/11 a CEF encaminhou correspondência à Comissão Execu-

tiva cancelando a rodada que estava marcada para o dia 19/11. A diretoria do banco alegou não haver fato novo que justificasse a realização da negociação.

Banestado

Na última negociação de 21/10, o banco propôs 5% de reajuste para fechar acordo de setembro de 97 a agosto de 98, a ser pago com liberação dos recursos da privatização e sem retroatividade, em troca da licença-prêmio, abono assiduidade

de e anuênio.

Não propuseram nada em relação à campanha 98/99. A direção sindical entende que a proposta apresentada pelo banco é lesiva aos funcionários, pois além de não propor reajuste de salários pretende retirar direitos históricos dos trabalhadores. A exemplo do BB e da CEF, o Banestado também quer reduzir o número de dirigentes sindicais, em notório prejuízo ao movimento. Os sindicatos estão cobrando do banco uma posição em relação às reivindicações.



Paralisação do BB em protesto pela demora nas negociações



Pacote fiscal ferra setor prod

O acordo feito com o FMI e por imposição do próprio FMI, indica pistas onde se

As resistências às medidas do pacote de FHC/FMI começam a ser manifestadas por vários setores da sociedade. O alarido contra os juros extraordinários e a recessão se espalha por todos os cantos! O Brasil está a mercê desse pacote de medidas fiscais empurradas goela abaixo dos brasileiros pelo FMI, com aval de FHC.

O próprio ministro da Saúde, José Serra, do mesmo partido do presidente, denunciou o desvio de recursos da CPMF e alertou que o pacote corta mais verbas da saúde, que já está no caos. O quadro é preocupante.

Se por um lado o presidente da república ferra trabalhadores, agricultores e pequenos empresários, por outro privilegia os banqueiros e os ruralistas no Congresso Nacional.

Aos banqueiros, FHC impôs a cobrança da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) mas, em troca, prometeu reduzir espetacularmente a cobrança da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). Aos ruralistas FHC também fez concessão, em troca de apoio ao pacote e à aprovação da reforma da Previdência que penaliza o trabalhador. Enquanto o presidente FHC faz o jogo do FMI e dos especuladores que alimentam sua política neoliberal, cada vez mais se fala do risco Brasil. A nossa economia encontra-se progressivamente em uma fase depressiva. O momento é de transição e a conjuntura atual mostra claramente um divisor de águas: de um lado o FMI, os banqueiros e toda a elite



Como sempre, com uma forte bancada no Congresso, os fazendeiros também tiraram vantagem com o pacote de FHC

internacional de olho na possibilidade de ganho fácil no Brasil e, de outro, um presidente e um Congresso Nacional cuja maioria tem deixado claro a intenção de defender unicamente interesses do capital especulativo, em detrimento da massa trabalhadora. A situação do Brasil hoje é

Os trabalhadores e o setor produtivo não suportam mais pacotes nem embrulhos...

deprimente. Causa muita apreensão a ida submissa do Brasil ao FMI. Há interesse quase que exclusivo em defender os investidores, para restaurar a credibilidade do país e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade da nossa moeda, mas falta vontade ou competência política do governo para buscar alternativas mais saudáveis? Esperou-se tempo demais, as reservas do país caem dia após dia e há compromissos de curto prazo pela frente. Reduzem-se, assim, as possibilidades de negociações. Mais ainda: não há transparência e não se discute amplamente os termos do acordo, nem no Congresso Nacional e nem com a sociedade organizada. O pacote não demonstra nenhuma disposição do governo em animar o setor

produtivo, não há um setor de produção que se sinta contemplado com o embrulho de FHC. Longe de ser uma reforma fiscal, o que se constata é apenas aumento de impostos, o que inibe a produção, estimula a sonegação e contribui decisivamente para aumentar o desemprego e outras formas de angústia à população brasileira. Enquanto o povo, que trabalha e produz, é levado mais uma vez ao sacrifício, os especuladores vão continuar fazendo a farra.



Com pacote ou plano fiscal banqueiro sempre atual onde os bancos tiveram um aumento

Oposição tem propostas at

Nas mãos de um governo democrático e popular, a situação de pânico a que foi levada a economia brasileira seria evitada, com alternativas viáveis e menos dolorosas ao trabalhador, e aos empresários da cidade e do campo. Há alguns anos, economistas e parlamentares da oposição vêm reafirmando a necessidade de acabar com o processo de asfixia da economia nacional que, se por um lado tem levado a pique pequenos empreendedores brasileiros e agravado o caos social no país, por outro privilegia as grandes potências econômicas. Neste ponto, uma saída viável seria prestigiar menos as importações, valorizando

se mais o produto nacional e, ao mesmo tempo, dando condições para que as empresas brasileiras pudessem se desenvolver, aumentar produção e, conseqüentemente, o número de empregos.

Por outro lado, o governo FHC tem afirmado que a grande sangria de recursos é a Previdência, mas não tem se preocupado em buscar solução que não seja a retirada de direitos dos trabalhadores, como fez na reforma do sistema previdenciário. Ora, todos sabemos que há muito dinheiro escorregando pelo ralo da sonegação fiscal, sem que o governo faça nada. Não seria o momento de buscar esses recursos via aumento de produção (como aliás está fazendo o

governo japonês) ao invés de aumentar impostos e criar maiores dificuldades ao trabalhador?

Outra saída rápida e totalmente viável é a negociação dos altos juros que o país está pagando aos credores internacionais. Ou seja, o governo FHC retira recursos da saúde, da educação e de programas sociais sob a justificativa de honrar compromissos com organismos internacionais, pagando altos juros, mas não resolve o problema do desemprego.

Ao invés de retirar recursos de setores vitais como saúde e educação e do setor produtivo, a opção propõe, por exemplo, a criação de imposto sobre grandes fortunas. Ou seja, ao invés de tirar dinheiro do bolso do trabalhador como propõe mais uma vez o pacote governamental, um eventual

Há muito dinheiro escorregando pelo ralo da sonegação

ativo e trabalhadores

...be um caráter lesivo aos interesses da população



...ganhando. Foi o que aconteceu com o pacote da Cofins, em troca de menos 4% no IR

alternativas e viáveis

...o governo da (atual) oposição buscaria formas de fazer com que quem tem mais pague mais. Assim, banqueiros, multinationais, grandes industriais e políticos irresponsáveis não teriam tanto privilégio como têm hoje com FHC.

...No momento em que abre as fronteiras nacionais ao capital especulativo internacional, facilita as importações sem criar nenhuma forma de desenvolvimento da agricultura e da empresa nacionais, o governo FHC sucroca a já desgastada estrutura econômica do país e expõe o povo a acordos absurdos como esse que foi feito a capricho do FMI.

Num governo popular, propos-

to pela oposição, os rumos seriam bem diferentes.

O programa de governo proposto pela oposição na última campanha eleitoral contemplava uma série de medidas que poderiam, a curto e médio prazo, aliviar o sofrimento de quem trabalha e produz no país.

Uma saída viável seria prestigiar menos as importações

Uma dessas medidas seria a urgente reforma fiscal e tributária, acompanhada de investimentos em setores estratégicos, como a agricultura e a pequena e média empresa, por exemplo, hoje asfixiadas pela política cruel executada por FHC mas que, na verdade, é totalmente ditada pela elite econômica internacional.

Previdência Reforma aprovada na base do troca-troca

A partir do ano que vem, homens terão de contribuir por pelo menos 35 anos e mulheres por 30 anos para se aposentar. Pelo projeto aprovado no início de novembro pelo Congresso Nacional, acaba a aposentadoria proporcional. Os servidores públicos terão de ter idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), pelo menos 10 anos de funcionalismo e 5 anos no mesmo cargo.

A aprovação da reforma como propôs o governo significa, na prática, perdas enormes aos trabalhadores. Os três destaques da oposição pretendiam resguardar alguns direitos, como:

- 1) - Retirar das regras de transição a idade mínima para aposentadorias dos trabalhadores do regime geral de Previdência;
- 2) - Retirar da reforma a criação de planos de previdência privada para cobrir benefícios acima do teto de R\$ 1.200,00 para servidores públicos, já que o dispositivo significa, na prática, privatização da Previdência e;
- 3) - Garantir aposentadoria especial ao trabalhador exposto a agente nocivo. Com a regra aprovada, o trabalhador só poderá receber o benefício especial se permanecer durante toda a vida profissional, sem interrupção, em condições insalubres.

Mas o rolo compressor do governo sobre o trabalhador foi mais forte. Aliados de FHC montaram uma verdadeira operação de guerra para garantir o mínimo de 308 votos à aprovação da reforma conforme propôs o governo. Para conseguir, FHC lançou mão de uma prática comum no seu governo: troca de favores e cargos nos Estados.

Um dos exemplos está explicitado no tratamento privilegiado à bancada ruralista, que um dia antes da sessão ameaçada votar contra o governo. Um dia depois da votação, entretanto, FHC aprovou a prorrogação das dívidas agrícolas, com despesa de R\$ 245 milhões em três anos para o Tesouro Nacional. No campo das reformas constitucionais ainda há muito o que fazer. Estão pendentes reformas tributária/fiscal, reforma política, mudanças nas relações trabalhistas (CLT), modificações nos Códigos Civil e Penal e muitas outras. Mas, outra vez, o Congresso Nacional demonstrou que, fazendo o jogo de FHC que joga de acordo com as regras do FMI e da elite monetária internacional, não está preparado para as reformas que o país necessita. A não ser que a sociedade se organize e exija sua participação no processo de mudanças para evitar que absurdos como esta reforma da Previdência (assim como foram as reformas econômica e administrativa) continuem a acontecer no país.

É uma bomball!



O país está a mercê do pacote fiscal empurrado goela abaixo pelo FMI, com consentimento do presidente FHC. Com as medidas, o governo promoveu maior dependência do Brasil ao capital estrangeiro, o que vai agravar um já caótico e preocupante quadro de recessão, desemprego e caos social.

● **Governo propõe aumento de impostos, agravando o já insustentável custo de vida da população.**



● **Indústrias falam em recessão, desemprego e bancos em crédito mais caro.**

● **Previsão é de queda de -1% do PIB (Produto Interno Bruto), o que significa, na prática, recessão, quebradeira de empresas e muito desemprego.**



● **Combustíveis podem subir em 99. Salário mínimo é um dos mais baixos do mundo.**

● **Saúde perderá R\$ 1 bilhão somente em 99, além dos 12,4% de recursos que o setor deixou de receber no governo FHC.**



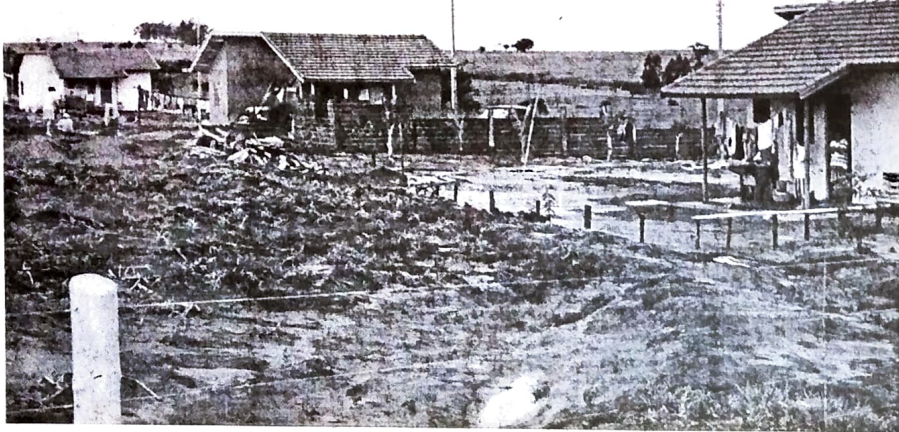
● **Educação terá corte de aproximadamente R\$ 600 milhões com o pacote de FHC/FMI. Também perdem verbas os setores de Política Fundiária, Previdência Social, Planejamento e Trabalho. No caso do Planejamento, cortes significam menos saneamento e habitação popular no país.**



● **É triste ter um governo que primeiramente vai ver o que convém ao FMI e outros especuladores para depois discutir com o Congresso Nacional o que convém a eles. Também triste é ver os representantes da população se curvando tão docilmente...**

Vilas Rurais:

A farsa da reforma agrária



Ao contrário do que afirma o governador Lerner, Vila Rural não é reforma agrária

Enquanto a população do Paraná assiste ao aumento do conflito armado envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra, o governo Jaime Lerner continua divulgando o programa chamado "Vilas Rurais" como sendo uma alternativa viável ao assentamento de trabalhadores rurais. Mas, na prática, a situação é bem diferente.

A grosso modo, as vilas podem até ser uma opção melhor de vida aos bóias-frias que, inegavelmente, estão inchando as periferias das cidades em virtude da falta de trabalho no campo, do aumento de latifúndios e do acelerado processo de mecanização agrícola. Mas do ponto de vista social, é uma reforma agrária ilusória. A verdade é que nem de longe o programa de Lerner atende as especificações de uma reforma agrária decente e eficaz,

a começar pelas normas que são "ditadas" pela Cohapar e colocadas em prática através de parceria com vários órgãos governamentais, como Emater e prefeituras. A área oferecida a cada família é de apenas 5 mil metros quadrados, as condições de moradias são insuficientes para uma família de 4 pessoas ou mais, pois cada lote tem apenas uma casa de 42

metros e sem divisão interna, e a perspectiva de renda dos moradores está muito distante das suas necessidades.

Entre os moradores das próprias Vilas Rurais já são notórios os primeiros sinais de descontentamentos. Em uma das vilas da região de Umuarama, visitada pela reportagem do *Pactu*, pôde-se constatar que a determinação dos coordenadores do programa era para que as famílias plantassem café, o que foi obedecido. Além de ser uma cultura que não oferece renda a curto prazo (a primeira colheita ocorre dois anos após o plantio das mudas) e que, do ponto de vista econômico em função do pequeno espaço (5 mil

metros quadrados), não oferece condições de sobrevivência a uma família de 4 a 8 pessoas, há um outro sério agravante: segundo informações, a promessa do governo era que os mutuários começassem a pagar as prestações apenas quando colhessem a primeira safra do café mas inexplicavelmente, a cobrança já está sendo feita há pelo menos três meses, pela Cohapar.

Como ainda não conseguiram obter nenhum recurso oriundo das pequenas plantações nas vilas, mutuários continuam sen-

do obrigados a trabalhar fora, a maioria bóia-fria com mão-de-obra subvalorizada pelos fazendeiros. A Vila Rural visitada pelo *Pactu* na região de Umuarama tem quase 40 famílias e, segundo informou um dos moradores, todos ainda ostentam o "título" de bóias-frias, trabalhando como diaristas em fazendas da região, para garantir a sobrevivência. Isso fica muito distante da imagem do programa que o governo Lerner tenta passar através da imprensa.

Caso não consigam pagar as prestações, os moradores das Vilas Rurais poderão ter proble-

mas com a Cohapar: Um morador contou que apesar de estar pagando regularmente as mensalidades, não recebeu nenhum contrato referente à compra dos 5 mil metros de terra com o "salsão" de 42 metros.

Por enquanto, das 350 vilas rurais espalhadas por 280 municípios do Paraná, nenhuma possui creche, posto de saúde ou escola. Em alguns casos, o acesso é precário. A Cohapar, coordenadora do programa, diz que cada vila possui um "espaço comunitário" que pode ser aproveitado, mas não informa de onde viriam os recursos.

Uma fonte ligada à presidência da própria Cohapar, em Curitiba, que preferiu não se identificar, diz que os 5 mil metros quadrados vendido à custo subsidiado e com pagamento parcelado "não supre a necessidade da família" e concordou que a pessoa "tem que complementar renda".

Se é assim, o governo Lerner tem sido incoerente em suas

declarações, dizendo que o Paraná sai na frente na reforma agrária. Não é verdade.

Favorece fazendeiros

Pelo que se observa no dia-a-dia dos moradores das vilas de Lerner, o programa não passa de uma forma prática de se criar uma espécie de bolsão de mão-de-obra temporária e barata na zona rural que, na verdade, acabará beneficiando mesmo os latifundiários.

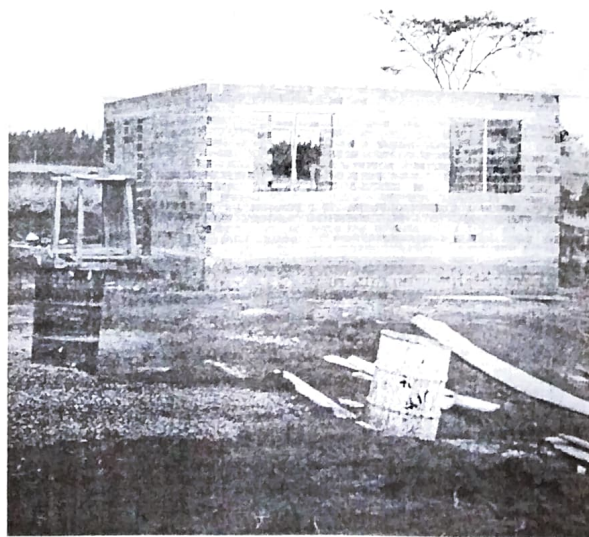
Ora, com o bóia-fria morando na vila rural e trabalhando em sua propriedade, o fazendeiro, que continuará contando com a mão-de-obra temporária, não terá obrigação alguma de garantir ao empregado assistência médica, educacional, moradia e segurança. Mas, como nas vilas rurais não existem esses serviços – pelo menos por enquanto – o bóia-fria continuará prejudicado. Em alguns casos, os fazendeiros economizam até no transporte.

Para ser reforma agrária, o programa deveria oferecer mais recursos aos sem-terra. Pois para obter e dar resultados, o trabalhador precisa de uma área de terra maior, recursos para comprar maquinários e equipamentos agrícolas, sementes, insumos, enfim o que for necessário, pelo menos até conseguir por sua própria estrutura. Em contrapartida, o trabalhador se comprometeria a permanecer no campo, produzindo para o sustento seu e de sua família. Sem contar que desta forma ele também estaria contribuindo para aumentar a produção de alimentos e muitos empregos diretos e indiretos no Estado.

Forçando um pouco, o governo vai confessar que quer mesmo é "favela rural".

Para ser reforma agrária, o programa deveria oferecer mais terras e recursos aos trabalhadores...

Programa não passa de uma forma prática de criar bolsão de mão-de-obra temporária e barata...



Casa de 42 metros quadrados e sem divisão interna, não atende necessidade de famílias com mais de 4 pessoas

Pater: melhor se atendesse também o pequeno agricultor

Já estão brotando as lavouras de soja, em quase toda a região de Umuarama, que fazem parte do Programa de Arrendamento de Terras, o Pater, iniciativa do município de Umuarama lançada em 1997 como forma de oferecer uma alternativa ao nosso setor rural.

A primeira safra do Pater foi colhida em março deste ano. Foram plantados 30 mil hectares de soja. O faturamento bruto, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, chegou a quase R\$ 12 milhões. Nada mal para uma região onde o setor rural se caracteriza pela formação de latifúndios onde é praticada uma pecuária tão arcaica quanto improdutivo do ponto de vista social.

Mas onde estão os grandes benefícios do Pater? O secretário municipal de Agricultura, Edson Assis Bastos assegura que os reflexos positivos foram sentidos em vários setores, citando como exemplo o imobiliário, hoteleiro, setor de maquinário agrícola e o de serviços.

Um levantamento feito junto a Receita Estadual revelou que nos primeiros dez meses de 1998 o

volume de recursos arrecadados em ICMS no município de Umuarama cresceu 4,44% em relação ao mesmo período de 1997. Se parte deste crescimento pode ser atribuída ao resultado do Pater, há que se destacar que a parte

mais expressiva do faturamento líquido foi embora, já que, conforme o próprio secretário Edson Bastos, a maioria dos 150 produtores que aderiram ao programa é de outras regiões do Estado com maior tradição agrícola. Mas, ao que parece, não é prioridade número um do programa fazer com que sejam investidos aqui, em Umuarama e região, os recursos gerados pela produção da soja. A começar pelo próprio slogan utilizado para divulgação do programa que sugere uma "agricultura fortalecida" e "terra valorizada". A Folha do Paraná divulgou em seu caderno de economia na edição do dia 13 de março de 1998, data em que foi lançada a primeira colheita do Pater, que "o objetivo do arrendamento é reformar as pastagens degradadas", acentuando que "a região de Umuarama é a maior produtora de

gado do Paraná, com 1,4 milhão de cabeças".

Esta informação não é negada pela prefeitura de Umuarama. No dia 3 de setembro deste ano a assessoria de imprensa do prefeito Fernando Scanavaca divulgou release onde informava que no período da entressafra da soja o trigo é a opção: "as primeiras lavouras de trigo, já maduras, reforçam a cobertura do solo e funcionam como fonte de renda complementar para arrendatários e pecuaristas", dizia a matéria.

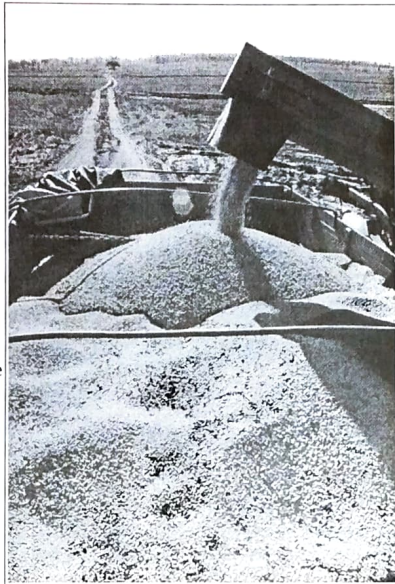
Mais abaixo, o próprio secretário Edson Assis Bastos completa: "Mais pecuaristas têm procurado aderir ao programa, por compreender a importância da reforma de pastagens". Ele diz ainda: "Notamos que arrendatários e pecuaristas estão plantando aveia,

para reforçar a alimentação do gado. Assim, eles mantêm o gado em excelentes condições nutricionais. Depois que os bovinos são vendidos, o produtor tem o solo livre e fértil para a lavoura de soja".

Nota-se que o público envolvido chamado ora de arrendatários ora pecuaristas. Arrendatários em questão são, na verdade, produtores em potencial de soja, oriundos sobretudo do Oeste e Sudoeste do Paraná. Pecuaristas são aqueles fazendeiros da região, grandes produtores de gado e que, conforme já disse o secretário Edson Bastos, têm interesse em complementar a renda alugando parte de suas terras que, mais tarde, estarão férteis para a renovação de pastagens. O número de empregos, mesmo que temporários, gerados pelo Pater é desconhecido.

O pequeno agricultor, ao que parece, está excluído porque, descapitalizado, não tem dinheiro para comprar sementes, veneno e principalmente maquinários agrícolas para trabalhar a terra, plantar e colher.

Porém, vale ressaltar que o Pater,



mesmo da forma como está e que vem sendo desenvolvido, serve para mostrar que qualquer programa que objetiva a produção de alimentos e desenvolvimento da atividade agrícola é, do ponto de vista social e econômico, mais eficiente e benéfico do que a pecuária extensiva e primitiva que, se por um lado dá a Umuarama o título de pólo produtor de carne e leite no Estado, por outro acaba beneficiando mesmo poucas pessoas, pois enquanto o faturamento de fazendeiros aumenta progressivamente cresce, na mesma proporção, os latifúndios, o desemprego e o êxodo rural. Neste segundo ano do Pater, não seria hora de se pensar em estender o benefício também ao pequeno agricultor? Ou então em se criar uma bolsa de arrendamentos especial para ele? Pois desta forma, além de gerar

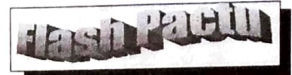
ICMS e outros tributos, os recursos oriundos desse novo programa poderiam ser investidos quase que integralmente no município e na região. Setores como o imobiliário, peças, máquinas agrícolas e serviços seriam efetivamente beneficiados.

Proposta alternativa foi apresentada por vereador do PT

Em 95, o vereador Osni Miguel Santana (PT), propôs a criação de uma bolsa de arrendamento de terras que, ao mesmo tempo em que atendesse as necessidades do trabalhador rural, incentivasse a utilização de áreas improdutivas, gerando empregos e produção. A idéia surgiu no final de 94, numa das reuniões de planejamento do Ano Agrícola da Emater. Osni explica que a intenção era organizar pequenos produtores e bóias-frias através de cooperativas e, com a ajuda da prefeitura (que seria a intermediária entre o dono da terra e o arrendatário), produzir alimentos e gerar divisas. "Assim, além de resolver o problema social do campo e aumentar a produção, estaríamos criando uma melhor consciência cooperativista", conta Osni. A proposta previa libertar o bóia-fria da condição de diarista e torná-lo um trabalhador autônomo que tem participação no lucro. "Esta é a grande diferença", comenta Osni. Na verdade, modelo idêntico do programa já funcionava com sucesso nas cidades de Uberaba e Uberlândia (MG). Em Umuarama, conta Osni, poderia ter dado certo não fosse a falta de vontade política tanto do prefeito da época quanto dos grandes agropecuaristas do município. A proposta chegou a ser discutida, mas foi inviabilizada logo. Uma das alegações dos fazendeiros era a de que poderiam ter "problemas trabalhistas". Na opinião de Osni, o atual Pater tem algumas características do programa proposto em 95, mas não cumpre a função social de atender o pequeno produtor e ao trabalhador rural. "O Pater só atende aos grandes, não dá empregos e não agrega valores", opina o vereador.



A soja ajuda a aumentar o lucro dos fazendeiros



Primeiro lugar

O Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região foi apontado como a mais atuante entidade sindical do município durante o ano de 1998. A pesquisa foi feita pelo Instituto Braslopes, que ouviu 378 pessoas no mês de outubro deste ano.

Caixa Estadual

O governo do Paraná, que tem apoio da maioria dos deputados estaduais, está querendo criar a Caixa Econômica Estadual. A proposta, de iniciativa do deputado Anibal Khury, é antiga. O que não dá para entender é por que se propõe a criação de um novo banco estatal e o próprio governo Lerner não faz nada para salvar o Banestado. Ao contrário, Lerner e seus aliados estão decididos a vender o Banco do Estado. O fechamento de agência e as demissões já iniciaram. Caso seja criada, com um crédito de R\$ 100 milhões a Caixa Estadual terá agências só nas cidades maiores. Ou seja, o interior mais uma vez será prejudicado.

BB x Máquinas

A modernidade do Banco do Brasil (reformas, novos caixas eletrônicos, etc) não é compatível com o tratamento que a direção do BB dispensa aos funcionários e clientes. Na campanha salarial deste ano, a exemplo das anteriores, o BB simplesmente ignora a reivindicação dos seus empregados. E o atendimento aos clientes com redução de funcionários é cada vez mais precário em todo o país.

Assaltos a bancos nas pequenas cidades

Uma constatação muito séria vem preocupando sindicalistas e trabalhadores do meio bancário: nos últimos tempos tem aumentado o número de assaltos a bancos em pequenas cidades do interior.

Um dos exemplos mais recentes foi o assalto cinematográfico ocorrido no dia 5 de novembro nas agências do

HSBC Bamerindus, Banestado e Caixa Econômica de Ribeirão Claro, no Paraná.

Vale recordar que, pelo fato de tratar-se de uma pequena cidade, a

ousadia dos assaltantes foi tanta que primeiro foram até a delegacia, prenderam toda a força policial para só depois praticarem o crime levando, das três agências, R\$ 57 mil.

Percebe-se que as pequenas cidades do interior são escolhidas pelos assaltantes porque nestas localidades as agências bancárias não contam com portas de segurança.

No caso do HSBC Bamerindus não há nem mesmo vigilantes.

O Estado do Paraná tem uma lei que obriga

a instalação de porta de segurança, contratação de vigia e, nas agências bancárias onde há atendimento, instalação de câmera de filmagem. Mas os bancos não estão cumprindo a lei e o Estado não fiscaliza.

A instalação dos equipamentos de segurança está sendo reivindicada nas negociações com os banqueiros.

É importante lembrar que em caso de assalto, o banco é obrigado a emitir o CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho), mas, mesmo assim, é interessante que os bancários avisem o sindicato em caso de ocorrência dessa natureza.

No caso do HSBC Bamerindus não há nem mesmo

Lei exige fim das filas

As agências bancárias de Umuarama têm menos de 60 dias para de adaptarem às exigências da Lei 76/98 que, entre outras coisas, prevê o fim das filas nos bancos. O projeto, de iniciativa do vereador Osni Miguel Santana (PT) já foi sancionado pelo prefeito Fernando Scanavaca. Pela nova lei, os bancos ficam obrigados a colocar à disposição dos usuários pessoal e equipamento suficientes para agilizar o atendimento aos clientes. A Lei prevê multas aos bancos infratores, mas para que dê resultados será preciso que as irregularidades sejam denunciadas e que o poder público zele pelo cumprimento da Lei.



Lindomar e Paulino, diretores do SEEB, foram pedir ao prefeito Scanavaca sanção ao Projeto de Lei

Moção de repúdio

Reunido no dia 13 de outubro de 1998, na sede da Fetec/Pr, em Curitiba, o Comando dos Funcionários do Banestado aprovaram moção de repúdio ao dirigente sindical Edmilson Botéquio, do SEEB de Paranavaí, que esteve apoiando a reeleição do governador Jaime Lerner. Eis a íntegra da moção: "A reeleição do governador Jaime Lerner foi amplamente avaliada como prejudicial ao quadro funcional do Banestado, comprometendo a continuidade do emprego de milhares de trabalhadores. Não obstante essa avaliação, tal candidatura foi apoiada pelo Sr. Edmilson Botéquio, funcionário do Banestado, diretor liberado do Sindicato dos Bancários de Paranavaí e vereador do PDT naquele município. O Comando dos Funcionários do Banestado repudia tal postura e denuncia aos bancários que o mandato sindical não deve ser usado em benefício próprio ou a serviço de governos e causas contrárias aos interesses dos seus representados. Curitiba, 13 de outubro de 1998."

Posse em Toledo



Diretores do SEEB/Toledo: posse em 14/12

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Toledo para a próxima gestão será presidida pelo bancário Valtair Caetano Apolinário, funcionário do Itaú. A eleição aconteceu no dia 24 de agosto deste ano e a posse está programada para o dia 14 de dezembro. Os bancários do Pactu parabensam os novos diretores e torcem para o fortalecimento da ideologia de luta e combatividade que sempre tem norteado as ações do SEEB de Toledo.

Eleições sindicais

Os Sindicatos dos Bancários de Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava promovem eleições na primeira quinzena de dezembro. A eleição no SEEB de Guarapuava está marcada para o dia 10 de dezembro e o prazo de inscrições de chapas encerrou no dia 13 de novembro. Apenas uma chapa se inscreveu. Em Umuarama, o SEEB realizará eleição no dia 11 de dezembro. Vale lembrar que o dia 25 de novembro foi estipulado como prazo máximo para inscrições de chapas.

Pactu

Publicação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

Conselho Editorial

Neil E. Júnior (Paranavaí) (044) 423-3402 - Anísel Couto (A. Chateaubriand) (044) 528-4421 - Nivaldo Simoni (C. Mourão) (044) 823-3492 - Izabel C. Gregório (Toledo) (045) 252-1851 - Wilson de Souza (Umuarama) (044) 622-1979 - Elói Myszka (Guarapuava) (042) 723-1371.

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes